

CPI do Orçamento poderá quebrar o sigilo de ex-presidente do TCU

Edson Gê

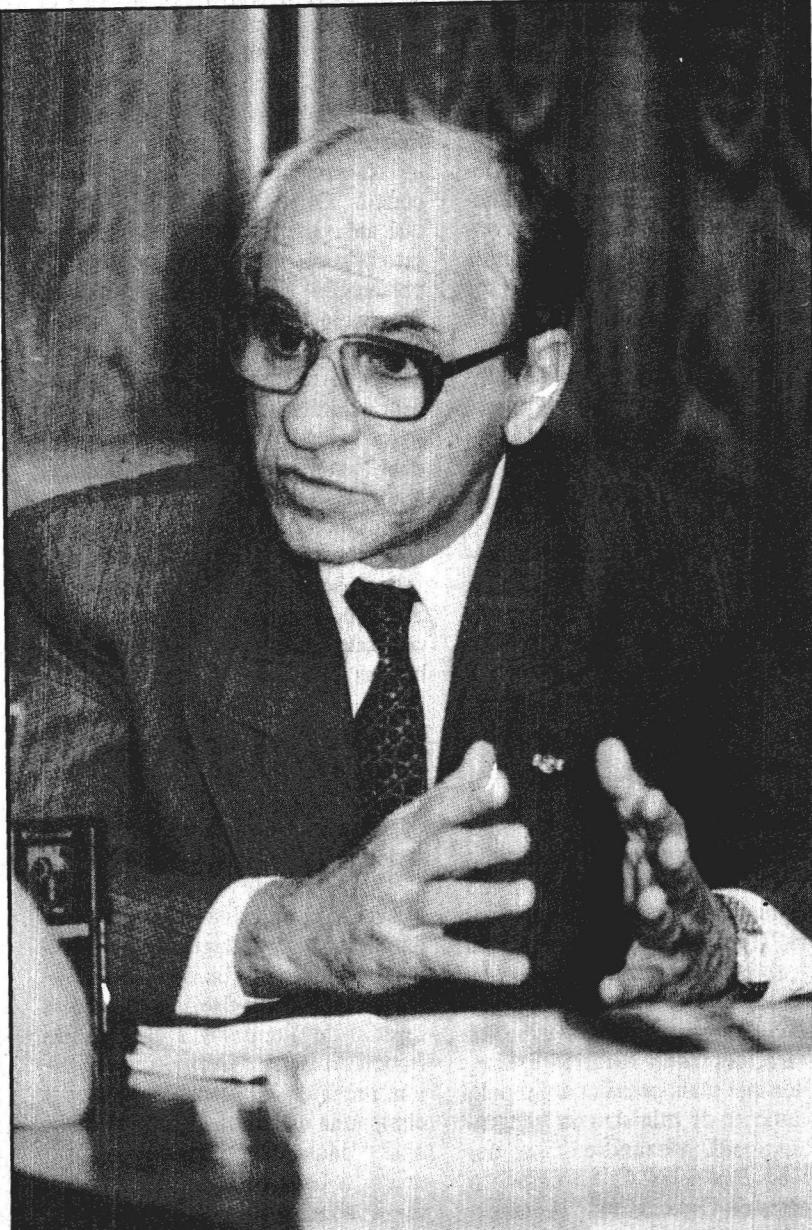
O ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Adhemar Ghisi, poderá ter o seu sigilo bancário quebrado pela CPI do Orçamento. O ministro teve o seu nome citado pelo economista e ex-assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos. Em seu depoimento à CPI, o economista informou que o deputado João Alves lhe confidenciou que Adhemar Ghisi era responsável pelo esquema dentro do TCU.

Foi baseado no depoimento do economista que a deputada Luci Choinacki (PT-SC) entrou ontem com um pedido de quebra de sigilo junto à CPI. O requerimento da parlamentar inclui pedido de informação sobre todos os depósitos, ordens de pagamento e cheques emitidos por Adhemar, além da cópia da ficha de autorização para abertura de conta corrente.

De acordo com a deputada, "o Tribunal de Contas da União, durante a gestão Ghisi, não realizou qualquer investigação sobre os recursos repassados pela União, estados e municípios e Distrito Federal por intermédio das chamadas subvenções sociais. Esse senhor foi negligente durante toda a sua gestão no que toca ao controle da destinação de verbas por meio das tais subvenções. Cabe à CPI, neste momento, verificar a causa de tanta inércia frente a um cargo de tal responsabilidade", afirmou a parlamentar.

Na semana passada, o ministro Adhemar Ghisi, ao ter o seu nome envolvido com o deputado João Alves, procurou a presidência da CPI para se explicar. Ele colocou-se à disposição da CPI e ofereceu a abertura do seu sigilo bancário. O ministro chegou a chorar após ter feito a proposta.

CORRUPÇÃO



Ghisi é acusado de negligência na fiscalização de verbas

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek, oficializou ontem o arquivamento do inquérito em que os ministros Homero Santos e Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União, são acusados de terem retardado a tramitação do processo que apurava irregularidades no Banco do Brasil. O inquérito apurava se as empresas, em Pernambuco, do ministro Marcos Vilaça, teriam sido beneficiadas com a redução de suas dívi-

das mesmo estando inadimplentes. Ao mesmo tempo em que arquivou o inquérito envolvendo os dois ministros do TCU, o ministro Rezek enviou à Justiça Federal a parte referente ao envolvimento do ex-presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho. Com a decisão, o ministro Rezek atendeu ao parecer do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que havia opinado pelo arquivamento a favor dos dois ministros do TCU.